



Sindipetro RJ Filiado à **FNP**
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

(21) 99607-9083
sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
ACESSE NOSSAS MÍDIAS E CANAIS

ANO III - Número CLXIII - 11 de Novembro 2019



RESULTADO DAS ASSEMBLEIAS

Na tarde desta sexta-feira (8), o Sindipetro-RJ realizou a apuração das votações referentes às assembleias ocorridas entre os dias 4 e 8 de novembro que avaliaram a segunda proposta do TST e o indicativo de greve.



Uma análise pormenorizada dos números, bem como um balanço político do processo e os próximos desafios serão objeto de debate no Colegiado e demais fóruns do movimento, a serem agendados e divulgados.

Com resultado similar nas bases da FNP, a Federação comunicará formalmente a empresa e o TST acerca da aceitação da proposta, aguardando a apresentação da minuta e a marcação da reunião para a assinatura do Acordo nos moldes da proposta submetida às assembleias. Da mesma forma, demandamos o início imediato da negociação sobre PLR, conforme previsto.

Resultado final:

Proposta TST

Rejeição - 614 (35,93%)

Aprovação - 1.036 (60,62%)

Abstenção - 59 (3,45%)

Total - 1.709 votos

Greve

A favor - 565 (33,49%)

Contra - 939 (55,66%)

Abstenção - 183 (10,85%)

Total - 1.687



BR QUANDO A REALIDADE É O DESEMPREGO

Funcionários da BR e veículos de imprensa informaram nesta última sexta (08) que a direção da Petrobras planeja reduzir drasticamente sua participação na BR Distribuidora no ano que vem.

Adicionalmente, foi divulgado o lançamento do plano de “transformação organizacional” da BR, que prevê a criação de três novas diretorias e um plano de demissão de funcionários.

Mais informações relativas à demissões, rebaixamento salarial e extinção de consultorias e coordenações circulam nas mídias sociais, porém o Sindipetro-RJ não tem evidências destes ocorridos.

Vale ressaltar que os trabalhadores da BR são representados pelo SITRAMICO.

A trajetória atual indicada pela Distribuidora reflete uma das faces mais cruéis da privatização: o desemprego.

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL

PETROBRÁS: CADA VEZ MENOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Nesta semana a direção da Petrobrás informou que a subsidiária Petrobras Biocombustíveis (PPIO) concluiu a venda de sua fatia de 50% na empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) para a Galp Bioenergy (Galp), que detém os outros 50% da companhia, que produz óleo vegetal. A PPIO deve receber R\$ 24,7 milhões pela venda.

Curiosamente o valor será retido pela Galp até dezembro de 2020 para compensação de potenciais pagamentos de indenizações. Diante de tantos absurdos, citamos Paulo Metri, conselheiro do Clube de Engenharia, o qual afirmou que “conceitos neoliberais, muitas vezes, não são aplicados em países desenvolvidos, o que é pouco divulgado. Contudo, à empresa

integrada Petrobrás, com concepção perfeita para maximizar seu retorno social, é determinado, sem explicação, que ela saia de alguns ramos, nos quais toda grande petrolífera está.

Assim, pode-se dizer que os conceitos neoliberais têm servido como instrumento de controle de sociedades menos politizadas. Finalmente, como todos da linha hierárquica acima da Petrobrás a quem querem destruir, por interesses antissociais e antipatriotas, ela vai ser esgarçada e definhará até a privatização, levando junto uma grande oportunidade de crescimento da nossa sociedade”.

REAGE, PETROLEIR@!

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
☎(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | ☎(21)3034-/7307/7337

Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Designer Gráfica:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000

6ª RODADA DE PRODUÇÃO DO PRÉ-SAL E OS PRETEXTOS PARA MAIS SAQUES

*Leilão da ANP arrecada R\$ 5,05 bi, quando esperava arrecadar R\$ 7,85 bi.
Governo adverte: hora de “mudar as regras”*



Parece até jogada ensaiada

Na manhã desta quinta-feira (7), a Petrobrás foi a única a apresentar proposta e arrematou o bloco de Aram. Os outros quatro blocos não receberam ofertas. A Petrobrás, em consórcio com a chinesa CNODC, apresentou a única oferta do leilão, e arrematou o bloco que fica localizado na Bacia de Santos – o mais caro dentre os oferecidos.

Não escondendo a frustração o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que o resultado foi abaixo do esperado. “Estou surpreendido, sim. Esperava que houvesse a contratação dessas três áreas pelas quais a Petrobrás manifestou direito de preferência” – lamentou.

Pelo bloco de Aram, a Petrobrás ofertou o percentual mínimo de óleo excedente para a área, de 29,96%. A empresa não fez ofertas pelos blocos de Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava, apesar de ter exercido o direito de preferência por essas áreas.

Com os burros n’água

Para termos ideia do fracasso deste leilão da 6ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal, estavam habilitadas 17 empresas para disputar os blocos, entre elas ExxonMobil, Shell, BP e Chevron, mas nenhuma delas apresentou propostas pelos blocos, ao contrário do que propagavam Paulo Guedes, Bolsonaro e Roberto Castello Branco.

Apelando um pouco para a teoria da conspiração, o fracasso do leilão surge como excelente pretexto para se retomar o regime de concessão e varrer do mapa o polígono do Pré-Sal. Imbuído pelo mais puro espírito de “O Petróleo é Vosso” é exatamente isso que o governo busca fazer, além atuar para tirar da Petrobrás a possibilidade de exercer o direito de preferência por blocos a cada leilão na área.

O modelo de concessão, muito mais lesivo ao país, é aquele no qual a empresa assume o risco da atividade (sendo que no Pré-Sal ele é mínimo) e se torna dona do óleo produzido, pagando apenas royalties de reduzida expressão e tendo absolutamente nenhum compromisso com a sociedade e o mercado nacional. Daí o fato de multinacionais e entreguistas serem tão fãs, sob o discurso intelectualmente desonesto de que existe distorção na concorrência. De fato existe: a Petrobrás fez todo trabalho de prospecção, assumiu todos os riscos e as demais empresas chegam ao final para pegar o filé.

A desfaçatez dos porta-vozes do governo é tão grande, que até a compensação devida pelas empresas à Petrobrás pela aquisição de blocos do excedente da Cessão Onerosa é criticada e chamada de bilionária, como se fosse indevida. “Especialistas” já dizem que a Petrobrás não conseguirá desenvolver o campo de Búzios sem vender uma parte para parceiros no futuro. No passado também disseram que o Pré-Sal era inviável, dentre outras bobagens; hoje, a empresa informa que o custo de extração do barril é de U\$5,00.

NOVOS HORÁRIOS DE ATENDIMENTO DO JURÍDICO



*Segundas e quartas de 10h às 14h
Terças e quintas de 14h às 18h*

*Telefones de contato:
21 3034-7318 ou 3034-7319
E-mail: juridico@sindipetro.org.br*

*Atendimentos com os advogados
somente com hora marcada*

*Fora do horário de atendimento
ligar para recepção 21 3034-7300*

*Advogada Previdenciária - Dr^a Salete
Segundas e quartas de 12h30 às 17h
Quinta de 10:30 às 14h
Telefone: 21 3034-7328*

ATENÇÃO! TRABALHO INTERNO

A última semana do mês sempre é dedicada a um intensivo interno para distribuição de ações e finalização de pendências. Portanto neste período não há atendimento ao público.

AÇÃO DO FGTS: ENVIE A DOCUMENTAÇÃO PARA O JURÍDICO

O QUE É A AÇÃO - É uma Ação Civil Pública promovida pelo Sindipetro-RJ desde 1992, em benefício dos petroleiros que trabalharam na base do RJ com contrato de trabalho ativo entre os anos de 1987 a 1991, exceto para o município de Duque de Caxias e incluindo o Norte Fluminense, cujo sindicato não existia na época. A ação cobra diferenças de correção das contas vinculadas do FGTS de junho de 1987 a março de 1991, devidas a todos os trabalhadores com contrato de trabalho à época.

O Sindipetro-RJ está realizando a execução individual para os autores que não possuem ações do mesmo período ou para os que não realizaram acordo com a CEF.

Na ação do Sindipetro-RJ, foi deferida a recomposição do fundo de garantia com base nas perdas inflacionárias. É uma ação singular porque foram deferidos 11 índices inflacionários e os tribunais superiores tiveram entendimento de somente dois índices inflacionários. Em razão desta peculiaridade, o Jurídico do Sindicato, que alcançou um sucesso muito grande nessa Ação, deliberou para segurança jurídica dos sindicalizados, aguardar o prazo de dois anos, a partir do trânsito em julgado para que dar início das execuções. Com isso a Ação passou a ser irrecurível. Atualmente o Jurídico acompanha cerca de 400 ações já em execução, sendo que alguns petroleiros já receberam. O prazo para reivindicar o direito pode terminar no início de 2020.

Avaliaremos se você tem direito e pode reivindicar

DOCUMENTAÇÃO - O primeiro passo é solicitar em qualquer agência da Caixa Econômica Federal o Extrato Analítico do FGTS e enviar para o e-mail do Jurídico - juridico@sindipetro.org.br para que possa ser analisado se existe o direito a recomposição inflacionária.

Caso o(a) petroleiro (a) tenha direito, será necessário providenciar os seguintes documentos: Identidade, CPF, Cartão do PIS ou PASEP, Carteria de trabalho (páginas da foto, qualificação civil, do contrato de trabalho, da inscrição no Fundo de Garantia), rescisão contratual no caso de ser aposentado, comprovante de residência atualizado, seis últimos contracheques, extratos do período que tiver direito (solicitar no Bradesco, extrato de junho de 87, dezembro 88, janeiro 89, fevereiro a julho de 90, janeiro, fevereiro e março de 91).

Apesar de o Sindipetro-RJ entender que a entidade tem até março de 2012 para entrar com essas ações, tendo em vista o que foi decidido pelo STF no agravo de instrumento, a Caixa Econômica está debatendo o prazo prescricional para reivindicar o direito a recomposição e quer reduzi-lo para o início de 2020. Por isso, é fundamental que o extrato analítico seja enviado o mais rápido possível.

Veja o vídeo com mais informações em: https://www.youtube.com/watch?v=OagYiO_rRcII